

TURISMO CULTURAL ACESSÍVEL NA REGIÃO DO ALGARVE, CASO DE ESTUDO.

Ana Rodrigues¹

Manuela Pires Rosa²

Efigénio Rebelo³

RESUMO

Este artigo tem como objetivo analisar as novas tendências do turismo cultural na região do Algarve, Portugal. O Algarve é internacionalmente conhecido por ser um destino de “Sol & Praia”. No entanto, as novas tendências do turismo nesta região estão associadas a segmentos ligados a aspetos únicos e locais, tais como: a paisagem, a gastronomia e o património rural e urbano. Atualmente, a cultura local constitui uma variável importante para a criação de experiências e contribui para a satisfação dos visitantes. O turismo acessível é um dos segmentos que se encontra referenciado na estratégia do turismo da Região do Algarve. O projeto “Praia Acessível/Praia para todos”, o “Plano de Requalificação da Baixa de Vilamoura” e o “Plano Local de Promoção da Acessibilidade do Município de Portimão” são alguns dos exemplos de medidas que contribuem para um turismo acessível no Algarve. Neste domínio, promove-se a acessibilidade física e psicológica nos espaços públicos com a aplicação dos princípios do “*design universal*”. Para responder às atuais necessidades dos consumidores, em muitos dos espaços culturais foram implementadas medidas de acessibilidade. Estas medidas foram aplicadas não só em edifícios históricos e patrimoniais, mas também nos ambientes urbanos dos centros históricos, contribuindo para uma melhor mobilidade nas cidades algarvias. Com este artigo pretende-se também analisar o estado-de-arte da acessibilidade no turismo cultural e compreender qual a sua importância para o desenvolvimento sustentável do Algarve.

Keywords: Turismo cultural; acessibilidade; *design universal*; sustentabilidade.

¹ Faculty of Economics, Algarve University, Portugal, e-mail: a51489@ualg.pt

² Institute of Engineering, Algarve University, e-mail: mmrosa@ualg.pt.

³ Faculty of Economics, Algarve University, e-mail: elrebelo@ualg.pt.

CULTURAL ACCESSIBLE TOURISM IN ALGARVE REGION, CASE OF STUDY.

ABSTRACT

This article analyse the new trends in cultural tourism, namely at the Portuguese Algarve region. Algarve is internationally known as a “Sun & Beach” destination. However, the new trends in Algarve tourism are associated with segments linked to unique and local aspects, such as: the landscape, the gastronomy, the rural and the urban heritage. Actually, the local culture consists an important variable to improve satisfaction and to create experiences for the Algarve visitors. The accessible tourism is a segment referenced in the Algarve tourism strategy. The project “Accessible beaches/beaches for all”, the “Requalification Plan of Vilamoura Downtown Resort” and the “Municipality Local Plan of Accessibility of the Portimão City” are some examples of accessible tourism implemented in Algarve. In this domain, one promotes the physical and psychological accessibility in public spaces by applying “universal *design*” principles. Responding to the consumers’ needs, several cultural venues in Algarve have implemented measures to accessible good practices. These measures include the historical and heritage buildings accessibility, providing a better mobility in Algarve cities. With this article we also intend to analyse the state of art of the accessibility in cultural tourism as well as to understand the importance given at accessible cultural tourism for the development of Algarve tourism industry.

Keywords: Cultural tourism; accessibility; universal design; sustainability.

1. INTRODUÇÃO

Um destino acessível para todos, concebido de acordo com os princípios do *Design* universal, pode desencadear novas experiências, oferecendo produtos de excelência, que garantam autonomia, dignidade e equidade para todos. Neste sentido, os centros urbanos devem oferecer aos seus visitantes experiências que demonstrem o "sentido do lugar", potencializando assim a procura turística se forem acessíveis.

A cultura local pode proporcionar experiências a segmentos de turismo que podem potenciar o turismo cultural. Considera-se um desses segmentos o turismo acessível. De acordo com Neto (2015) o destino da região do Algarve tem fortes potencialidades em adquirir uma imagem ligada ao património cultural, histórico e natural.

Cada vez mais, os espaços urbanos históricos e os edifícios patrimoniais com valor cultural são “palcos” ou “equipamentos de apoio” a eventos (Sørmoen, 2009). Tal situação acontece em alguns centros históricos das cidades da região do Algarve, onde decorrem festivais ou eventos culturais durante todo o ano, mas com maior frequência no período do verão.

Nestas cidades, os centros históricos detêm um urbanismo de proximidade, estando consolidadas as relações de vivência e os hábitos da população residente. A aplicação do turismo acessível nos espaços urbanos históricos poderá beneficiar não só os visitantes, mas fundamentalmente os residentes.

A Declaração de San Marino sobre Turismo Acessível (2014), documento-base da Organização Mundial do Turismo (OMT), agência especializada das Nações Unidas, resultante do I Congresso Europeu sobre o Turismo Acessível, contém a base deontológica e as principais diretrizes das boas práticas deste segmento (UNWTO, 2014). Este documento defende que seja integrada a acessibilidade universal em todas as componentes da cadeia de valor do destino turístico, incluindo o ambiente físico e o sistema de transportes.

Sabendo da importância socioeconómica do turismo na região do Algarve, a implementação de medidas de acessibilidade universal, nos centros históricos, poderão ter um impacto positivo, passando a constituir um produto usufruído por todos os consumidores, e em simultâneo, contribuir para a sustentabilidade do turismo e dos territórios e para a inclusão social.

Em Portugal, são escassos os estudos de análise do turismo cultural acessível e os existentes estão sobretudo associados a museus. Alguns artigos publicados revelam a importância da cultura para a indústria do turismo do Algarve, tais como: a importância dos centros históricos para o turismo da região do Algarve (Ferreira & Costa, 2006), o turismo sustentável e a sua relação entre a cultura e turismo do Algarve (Neto, 2015), as experiências culturais em museus do Algarve (Gonçalves, 2015; Gameiro & Ramos, 2015), as potencialidades do património cultural do Algarve (turismo cultural) e a interligação da paisagem com a gastronomia local (Bernardes & Carvalho, 2015). No entanto, à data, estudos sobre o turismo cultural acessível, na região do Algarve, ainda não foram editados. Com este artigo pretende-se apresentar a contextualização do atual paradigma do turismo acessível: o

seu surgimento e desenvolvimento institucional (internacional e nacional), a sua interligação com o turismo cultural, e as boas práticas desenvolvidas na região do Algarve.

2. METODOLOGIA

A metodologia aplicada para esta pesquisa consistiu na recolha de dados, através da revisão de literatura e trabalho de campo.

A recolha de dados através da revisão de literatura focalizou-se no tema do turismo acessível em espaços públicos e em destinos culturais. Para uma melhor compreensão da temática do turismo cultural acessível, foi necessário analisar estudos internacionais, nacionais e regionais em diversas áreas: turismo, economia, ergonomia, sociologia, arquitetura e planeamento. A revisão de literatura centrou-se em artigos académicos e estudos promovidos por entidades regionais ou locais da região do Algarve, bem como em diplomas jurídicos relacionados com o tema. Quanto à pesquisa de arquivo, foram analisados documentos municipais relativos às medidas de acessibilidade e mobilidade, tais como as rotas acessíveis da cidade de Portimão. Também foram recolhidos dados estatísticos nas entidades World Tourism Organization (UNWTO), Instituto Nacional Estatística (INE), ANA - Aeroportos Portugal, Direcção-Geral do Património Cultural (DGPC), Câmara Municipal de Loulé (Divisão de Cultura, Bibliotecas e Arquivo) e Museu de Portimão.

Já o trabalho de campo consistiu na análise dos espaços públicos culturais, destacando-se os centros históricos de Portimão, Vila Real de Santo António, Faro e Loulé, e a Baixa de Vilamoura. Este trabalho foi elaborado com o intuito de constatar e identificar as medidas tomadas relativamente ao turismo cultural acessível. Também foram analisados espaços culturais, muito deles edifícios patrimoniais, nomeadamente os museus das cidades de Faro, Loulé e Portimão.

3. NOVOS PARADIGMAS NO TURISMO E TURISMO ACESSÍVEL

Turismo Sustentável e Turismo Acessível

A área do turismo sofreu profundas alterações no último século devido às mudanças sociais, culturais e económicas, sentidas após a II Guerra Mundial, levando ao surgimento de novas ofertas e segmentos de turismo (Jafari, 2000). Assim, as várias vertentes do turismo ganharam maior relevo, um dos quais o turismo verde (Swarbrooke, 2000), mais tarde diferenciado conceptualmente do turismo sustentável (Commission of European Communities, 1995).

Hoje em dia, os paradigmas do turismo sustentável envolvem fatores e relações que promovem a sustentabilidade dos destinos, destacando-se: os impactos do turismo num destino; as medidas promovidas pela governança; a relação do turismo com as comunidades ou o contributo da cultura para a promoção de um destino/turismo sustentável (Lu & Nepal, 2009).

Para a OMT, o turismo sustentável atende à gestão e ao desenvolvimento do turismo em todos os tipos de destinos. Este segmento de turismo está associado a três dimensões do

desenvolvimento sustentável: ecológica/ambiental, económica e social/cultural (adaptado de UNWTO, 2005).

Um dos atuais paradigmas da gestão sustentável de destinos consiste na diversidade de experiências e de ofertas. Para Darcy & Dickson (2009) a acessibilidade é um dos fatores de desenvolvimento sustentável de um destino. A temática do turismo acessível tem despertado o interesse gradual no meio académico e em organismos internacionais (Darcy & Buhalis, 2010). A OMT consiste numa destas organizações. A divulgação e impulsionamento do turismo acessível por parte desta entidade tem sido, fundamentalmente, através da publicação de diversos manuais. Na sua maioria, estas publicações revelam ferramentas e exemplos de boas práticas de destinos turísticos acessíveis. O último manual dedicado à temática do turismo acessível foi direcionado aos decisores políticos e *shareholders* da indústria do turismo, com o objetivo de demonstrar a importância da acessibilidade no turismo cultural.

Todas essas iniciativas, provém da OMT considerar o turismo acessível um segmento de turismo com impacto positivo, muito devido aos benefícios que pode trazer: associado a fatores como a qualidade, a sustentabilidade, a imagem, a inovação e os tipos de acessibilidade (UNWTO, 2011). Também o documento *Global Code of Ethics for Tourism* contribui para o desenvolvimento do turismo acessível ao assumir-se que o acesso, direto e pessoalmente, à descoberta das riquezas do planeta constitui um direito aberto a todos os habitantes do mundo.

Tal como já foi mencionado, as atuais tendências de gestão de destinos promovem a existência de vários segmentos de turismo num destino. Existindo, assim, casos de destinos com turismo acessível possuidores de infraestruturas em áreas específicas, sendo elas caracterizadoras e simultaneamente diferenciadoras entre si (Pearce, 1992).

Outro documento fundamental na contribuição do desenvolvimento do turismo acessível, e, conseqüentemente, na construção de novas infraestruturas acessíveis foi a Convenção das Nações Unidas dos Direitos das Pessoas com Deficiência (2008). Os países que ratificaram este documento alteraram a sua legislação em diversas áreas, tais como a edificação/urbanismo, a mobilidade e transportes ou os procedimentos administrativos (Darcy & Buhalis, 2010).

Assim, as políticas e estratégias defendidas por instituições internacionais, pela governança e as novas tendências na área do turismo são fatores que potencializam o desenvolvimento do turismo acessível, promovendo assim a sustentabilidade no setor.

Design universal e acessibilidade para todos

A acessibilidade no meio edificado foi desenvolvida a partir do fim da II Guerra Mundial, muito devido ao aumento do número de pessoas com deficiência e pela criação de legislação específica em defesa dos seus direitos.

O conceito de *Design* universal foi apresentado pelo Arquiteto Ron Mace, em 1985, nos Estados Unidos da América (EUA). Traduz “*o design de produtos e de meios físicos a utilizar por todas as pessoas, até ao limite máximo possível, sem necessidade de se recorrer a adaptações ou a design especializado*” (Center for Universal Design, 1997). A sua implementação visa simplificar a vida a todos, fazendo com que o meio edificado, os produtos, as comunicações e os serviços sejam mais utilizáveis por um número cada vez maior de pessoas.

Na década de oitenta do século XX, o Conselho da Europa cria o Comité para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, onde atuava um grupo de peritos sobre acessibilidade, formado em 1987, para estudar as maneiras de melhorar a acessibilidade integral do meio edificado.

É neste contexto que surge o “Conceito europeu de acessibilidade”, estabelecido em março de 1996, pela Comissão Central de Coordenação para a Promoção da Acessibilidade (Central Coordinating Commission for the Promotion of Accessibility). A acessibilidade é “(...) *a característica de um meio físico ou de um objeto que permite a interação de todas as pessoas com esse meio físico ou objeto e a utilização destes de uma forma equilibrada, respeitadora e segura (...)*” (Aragall & EuCAN members, 2003).

A acessibilidade consiste num atributo essencial no ambiente urbano construído. Daí, o conceito europeu de acessibilidade ter como objetivo a provisão de ambientes que deverão ser adequados, seguros e agradáveis para todos. Também proporciona a igualdade na vivência e utilização do meio edificado e urbano.

A criação dos princípios do Desenho Universal pelo Centro para o Desenho Universal da Universidade Estadual da Carolina do Norte (EUA) foi fundamental para a implementação de medidas de acessibilidade para todos: 1.º Uso igualitário; 2.º Flexibilidade no uso; 3.º Simples e uso intuitivo; 4.º Informação percebível; 5.º Tolerância ao erro; 6.º Baixo esforço físico; 7.º Tamanho e espaço apropriados para o uso (adaptado de Center for Universal Design, 1997).

O conceito de *Design* Universal surge na sequência do de *Design* Inclusivo, este sobretudo associado às especificidades das pessoas com deficiência, entre outras. No entanto, a atual tendência é considerar toda a gama de diversidade humana no que diz respeito à capacidade, língua, cultura, género, idade, etc. Esse facto faz com que se considere o *Design* inclusivo similar ao conceito de *Design* universal. Simões (2006) defende que o *Design* inclusivo consiste no “(...) *desenvolvimento de produtos e de ambientes, que permitam a utilização por pessoas de todas as capacidades. Tem como principal objetivo contribuir, através da construção do meio, para a não discriminação e inclusão social de todas as pessoas (...)*”. Assim, a diferença entre o conceito do *Design* Universal e do *Design* Inclusivo está no seu propósito, isto é: um com uma função universal e transversal outro com uma função de inclusão social. A diferenciação de conceitos é consequentemente fundamental para a distinção do turismo acessível e do turismo inclusivo.

Em termos sociais, a inclusão social e o bem-estar físico defendidas por Schalock (2000) são duas das variáveis que contribuem para a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos (fig. 1). Na disciplina do urbanismo, as referidas variáveis são parte integrante do planeamento e da acessibilidade urbana.

Figura 1. Pirâmide de Qualidade de Vida

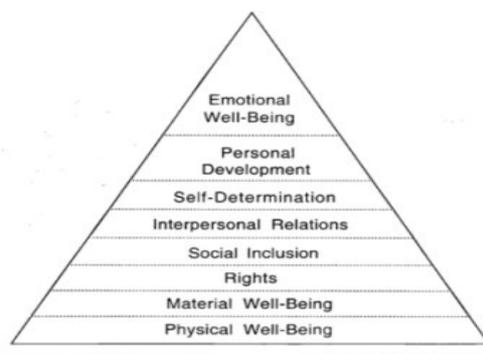


FIGURE 1. Hierarchical nature of core quality of life dimensions.

Fonte: Shalock (2000:116-127)

Turismo Acessível

Nas últimas décadas, os temas da acessibilidade, da mobilidade e da aplicação do *Design* universal em espaços urbanos foram um dos focos no meio acadêmico. Essas preocupações foram sentidas em diversas disciplinas, tais como: arquitetura, urbanismo, sociologia, economia, ergonomia e turismo. Relativamente à disciplina do turismo, Darcy et al. (2008) refere que o *Design* universal e a sustentabilidade constituem fatores de desenvolvimento para o turismo acessível.

Em termos conceituais o turismo acessível corresponde a um processo que permite que os idosos e as pessoas com deficiência e/ou incapacidade utilizem, de uma forma independente e com equidade e dignidade produtos, serviços e ambientes turísticos universais (adaptado de Olympic Co-ordination Authority, 1999).

Acontece que se mantêm, sistematicamente em muitos destinos, um conjunto de barreiras em todas as áreas da cadeia turística. A cadeia de barreiras existentes ao planificar uma viagem considera as fases de reserva (agências de viagens e *websites* inacessíveis, a falta de formação do pessoal), de transporte (deslocação no meio físico de partida, acesso aos terminais e aos meios de transporte), de destino (deslocamento no meio físico do destino, acesso ao equipamento hoteleiro, acesso a museus, teatros e cinemas) e de regresso (deslocação até ao ponto de origem, considerando transportes e meio físico) (adaptado de Diego & Velasco, 2003).

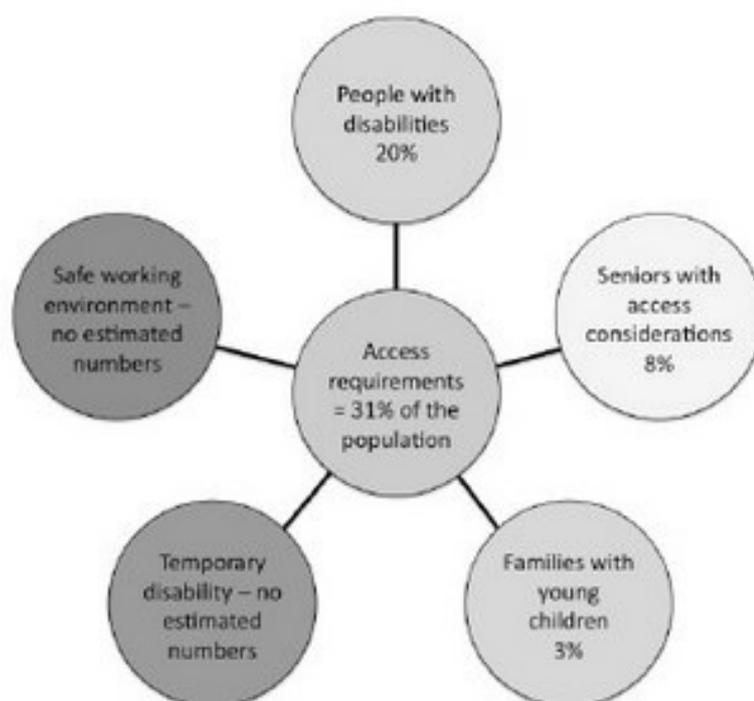
O desenvolvimento do turismo acessível está diretamente relacionado com a promoção da acessibilidade para todos, melhores serviços e melhores ofertas turísticas (Devile et al., 2011).

Mais recentemente, os consumidores seniores tornaram-se parte integrante do mercado do turismo acessível devido às suas incapacidades físicas e sensoriais. O nicho de mercado sénior considera os destinos com turismo acessível possuidores de ambientes seguros e cómodos, garantindo-lhes uma maior autonomia. Trata-se de consumidores de turismo experientes, informados e exigentes quanto à qualidade dos serviços.

Darcy & Dickson (2009) defendem que o turismo acessível permite que todos os cidadãos sejam independentes e possuidores de equidade, através de produtos turísticos,

ambientes e serviços concebidos segundo o *Design* universal. Assim sendo, o nicho de mercado do turismo acessível pode incluir pessoas com um leque variado de problemas de mobilidade: idosos, famílias com crianças, pessoas com deficiência e/ou incapacidades, indivíduos com mobilidade reduzida provisória e contribui para ambientes mais seguros (fig. 2).

Figura 2. População beneficiadora do "*design* universal"



Fonte: Darcy & Dickson (2009: 32-44)

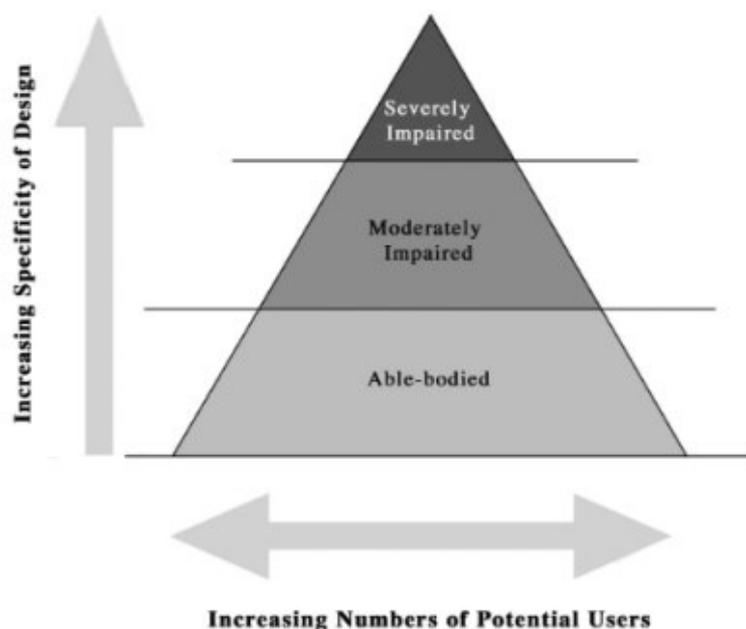
A inclusão social e a aplicação do *Design* universal são abordagens necessárias para a construção de destinos acessíveis com qualidade. A UNWTO (2015) considera que os âmbitos relacionados diretamente com o turismo são:

- Urbanismo;

- Edificações (já construídas ou de nova construção);
- Infraestruturas;
- Transportes;
- Serviços e
- Formação.

A pirâmide *Design* defendida por Benktzon (1993) demonstra que o *Design* universal aplicado em produtos potencializa o aumento dos consumidores (fig. 3). Deste modo deduz-se que a criação de produtos turísticos acessíveis poderá aumentar o número de consumidores, e assim possuir um impacto positivo num destino.

Figura 3. Pirâmide Design - aplicação do “*design* universal”



Fonte: Benktzon (1993: 19-27)

Garantir condições de acessibilidade para todos em edifícios patrimoniais pode potenciar o interesse de uma população diversificada e, em simultâneo, contribuir para a divulgação da cultura local. Para isso é necessário que os espaços com valor patrimonial, normalmente detentores de barreiras arquitetónicas, sejam alvo de intervenções de conservação ou de reabilitação que considerem os princípios do *Design* universal. Estas intervenções poderão ser consideradas inovadoras por constituírem, geralmente, soluções

construtivas de alta qualidade, não intrusivas e conjuntamente dar continuidade à conservação do património cultural.

As soluções de acessibilidade urbanística e arquitetónica atendem a aspetos técnicos específicos que estão relacionados com a acessibilidade horizontal e vertical.

Para o turismo acessível é fundamental a existência de uma cadeia de valor de atividade turística estruturada: a acessibilidade tem que ser sentida nos espaços, equipamentos, atrações, informação e recursos humanos (Devile et al., 2011). Os destinos acessíveis com sucesso possuem uma imagem e mensagem positiva, distanciando-se fugindo do conceito de serviço social ou medicinal. As informações sobre a acessibilidade de um destino devem ser transversais e estar descritas na informação turística convencional. O turismo acessível também tem o objetivo de proporcionar uma maior autonomia aos visitantes. A comunicação em Braille não tem que estar presente somente em museus e em monumentos, pode também estar em serviços ou na área da restauração, por exemplo, nos menus. Outro dos canais de comunicação consiste na aplicação de códigos QR (*Quick Response*) ou códigos *triggers* (realidade aumentada). Consistem em novas tendências tecnológicas, normalmente aplicadas em museus, que possibilitam aos visitantes uma maior acessibilidade à informação da exposição (Haworth & Williams, 2012), ou facilitam na interpretação e leitura de peças museológicas e arqueológicas.

A vantagem da utilização de novas tecnologias nos serviços turísticos contribui para uma maior autonomia aos consumidores do turismo acessível. Estas medidas estão em muito associadas aos destinos com turismo *smart* ou *smart tourism destination* (Buhalis & Amaranggana, 2014).

A acessibilidade dos serviços está também presente na área da formação em turismo acessível, nomeadamente nos funcionários da indústria. Na conferência *Mind the Accessibility Gap*, organizado pela Comissão Europeia, sobre o Turismo Acessível na

Europa, realizada em 2014, foi apresentado um estudo sobre o Mapeamento das Competências e Necessidades de Formação para Melhorar a Acessibilidade nos Serviços de Turismo na União Europeia. Esse estudo revelou grandes diferenças de acesso à formação na área do turismo acessível entre os Estados Membros (Turismo de Portugal, 2014). Em Portugal, várias instituições ligadas ao turismo ou à cultura promovem por todo o país, incluindo a região do Algarve, formações na área do turismo acessível. Dessas instituições destaca-se o Turismo de Portugal ou a organização Acesso à Cultura.

Para um turismo acessível eficaz é fundamental a aplicação dos princípios do *Design* universal em todas as dimensões da sua cadeia turística. Em suma, um destino acessível contém uma cadeia turística complexa, mas possuidora de qualidade ambiental, ao nível físico bem como psicológico para todos.

4. TURISMO CULTURAL ACESSÍVEL

Acessibilidade em espaços culturais

A capacidade de atração dos destinos está na percepção pré-adquirida pelos futuros visitantes. As novas tendências na área do turismo dão grande importância à imagem dos destinos, nomeadamente à imagem da autenticidade do local (Ram et al., 2016) pelo que se valorizam os aspetos culturais dos territórios.

Dentro da perspetiva da compreensão dos mercados, são analisados modelos (ou metodologias) para aplicação da acessibilidade em monumentos e edifícios patrimoniais (Naniopoulos & Tsalis, 2015), sendo assim possível constatar novos interesses ou necessidades nos destinos culturais (Vila et al., 2015). Em alguns destinos, o turismo cultural acessível é considerado um produto de excelência para diminuir o período da sazonalidade, alargando o período tradicional de ocupação ou de férias (Galán, 2013). A Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural da UNESCO (2002) considera a diversidade cultural uma fonte de criatividade, que promove o desenvolvimento e crescimento económico. Também menciona a sua importância para a preservação, conservação e divulgação de uma identidade local.

Existem vários estudos sobre a regeneração e revitalização urbana num contexto de turismo: espaços culturais aproveitados para a criação de destino como um “*brand*” cultural (Richards, 2003; Hocoğlu, 2009), sobre a acessibilidade e a flexibilidade dos usos dos espaços para eventos (Richards, 2003), a acessibilidade em espaços museológicos (Haworth & Williams, 2012) e os impactos do turismo em sítios classificados pela UNESCO (Tarrafa et al., 2009).

Os espaços culturais podem constituir uma estratégia eficaz para a regeneração dos centros históricos e para a revitalização da economia local (Gonçalves, 2015). Nalguns países, o *Design* universal é obrigatoriamente aplicado nas intervenções de regeneração urbana, promovendo assim medidas sustentáveis e o desenvolvimento das comunidades e das cidades (Fletcher et al., 2015).

O turismo cultural acessível na região do Algarve acompanha as tendências nacionais, nomeadamente em espaços edificados culturais, tais como os espaços museológicos. Nas últimas décadas, tem surgido na região do Algarve situações excecionais de turismo cultural acessível. Estas situações são caracterizadas pela implementação de estratégias de turismo acessível que integram espaços culturais, espaços públicos e as comunidades.

Boas práticas internacionais em turismo cultural e/ou acessível

Prevê-se para o turismo uma tendência de crescimento, sendo para o continente europeu de 51% até ao ano de 2030 (UNWTO, 2015). Este crescimento do mercado pode ser encarado como uma oportunidade para criação de novas estratégias de desenvolvimento no setor do turismo.

Nesse sentido, muitos países Europeus procuram promover políticas e planos estratégicos para a inovação na área do turismo, inclusive na área do turismo cultural acessível. Desses países destacam-se a Espanha, a Grécia, a Itália e a Inglaterra, possuidores de políticas e destinos acessíveis para todos.

Em alguns casos, as medidas de turismo cultural acessível são aplicadas em destinos com o turismo âncora “*Sol e Praia*”. Esta situação pode ser verificada no país Espanha, nomeadamente nas Ilhas Baleares, nas Ilhas Canárias e na região da Andaluzia. Nestes casos, o património cultural local é aproveitado para a consolidação do turismo da região,

criando assim uma gestão do destino sustentável (Wallace & Riley, 2015). Em suma, em destinos com o turismo âncora “*Sol e Praia*”, o turismo cultural acessível poderá reforçar a sua imagem turística, trazer benefícios económicos e combater o período de sazonalidade. Estas novas tendências do turismo cultural acessível também consideram essencial o repensar dos serviços de um destino. Neste sentido, algumas cidades europeias com valor patrimonial foram pioneiras no domínio do turismo cultural acessível, sendo um dos casos de sucesso a cidade de Ávila, em Espanha. Durante os anos 2003-2007, o município desta cidade implementou um conjunto de medidas mais acessíveis que transformaram todo o centro histórico. Estas medidas englobaram a implementação de rotas pedonais acessíveis no espaço público, segundo os princípios do *Design* universal, denominadas de Via Libre (Arcos, 2009), bem como a transformação dos espaços culturais, dos serviços de restauração e de hospedagem acessíveis para todos.

Itália também tem desenvolvido rotas acessíveis para todos, como é o caso dos monumentos do Coliseu e do Museu do Vaticano. Muito deste desenvolvimento provém da implementação do conceito de *Smart City* (Schaffers et al., 2011), desenvolvimento urbano e turístico da cidade de Roma em função de uma visão “*smart*”, sendo um dos setores fundamentais a acessibilidade urbana. Assim, o próprio turismo acessível em Itália evoluiu do conceito de hospedagem edificado acessível para um conjunto de serviços acessíveis que oferecem a opção de escolha aos consumidores, de acordo com as suas necessidades (Pultrone, 2016).

Já em Inglaterra, a Autoridade Nacional do Turismo desenvolveu o Projeto *Access for All* (2012-2013) com os destinos turísticos parceiros Bath, Leicestershire, Newcastle Gateshead e Brighton. O objetivo deste projeto consistiu em: incentivar o público-alvo das pessoas com deficiência a viajar em Inglaterra; sensibilizar o público sobre os destinos e serviços acessíveis e melhorar a perceção sobre a acessibilidade neste país. No Reino Unido encontra-se previsto o desenvolvimento de Planos de Acessibilidade em Edifícios Históricos (Sawyer, 2015). Algumas destas políticas são similares às que estão a ser implementadas na região do Algarve, não só devido a questões geográficas, tipos de turismo implementados (âncora e segmentos) mas, fundamentalmente, por existirem fatores culturais idênticos: caso Portugal/região do Algarve com Espanha/região da Andaluzia.

5. O TURISMO CULTURAL E/OU ACESSÍVEL EM PORTUGAL E NA REGIÃO DO ALGARVE

Promoção institucional

Em termos legislativos, a acessibilidade em Portugal tem sido uma temática com algum destaque na última década. Um dos primeiros regimes jurídicos que defendeu o direito da igualdade e o direito à cultura em Portugal foi a Constituição Portuguesa (1976). Por defender o direito à fruição cultural, a Constituição Portuguesa foi considerada uma referência Europeia (Laaksonen, 2010).

Um dos instrumentos fundamentais na área do turismo consiste no PENT – Plano

Estratégico Nacional do Turismo (aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2007, de 4 de Abril). Este documento definiu as ações de crescimento na área do turismo por um período de 10 anos. Nele estava referenciada a implementação de medidas sustentáveis através do aproveitamento dos recursos naturais e dos espaços culturais com valor histórico. Estes recursos podiam ser aproveitados para a criação de rotas pedonais. O principal objetivo da aplicação destas medidas consistia na estruturação da oferta, enriquecendo a experiência e melhorando as acessibilidades do destino. No entanto, não foram contempladas ações transversais para potencializar a região do Algarve, nas áreas do turismo cultural e acessível. Em termos gerais, no PENT considerou-se a acessibilidade nos espaços públicos uma questão fundamental para a indústria do turismo. As linhas de atuação do PENT estavam relacionadas com os paradigmas da acessibilidade física, psicológica e de comunicação. Também faz menção aos principais vetores para o desenvolvimento sustentável do turismo, sendo um deles a dinamização e preservação do património cultural local, para a criação de produtos culturais inovadores e experiências únicas.

Um diploma legal que teve um grande impacto na área do turismo é a Lei de Bases do Turismo (Decreto-Lei n.º 191/2009 de 17/08). Este diploma definiu os objetivos e pontos orientadores da política nacional do turismo, baseados nos princípios da sustentabilidade, da transversalidade e da competitividade. As áreas dos transportes aéreos e da acessibilidade viária foram um dos pontos considerados prioritários. Este Decreto-Lei considerou a competitividade do turismo intrinsecamente ligada às políticas de ordenamento do território. De facto, muitas destas políticas podiam potencializar os destinos com a utilização dos recursos culturais dos territórios.

Dos vários fatores de desenvolvimento destacaram-se os seguintes indicadores dinamizadores: acessibilidade nas atividades e nos empreendimentos turísticos, competitividade, qualificação, incentivo para a inovação e a criatividade. O desenvolvimento destes indicadores poderia levar ao surgimento de novos projetos ligados ao turismo social, jovens, seniores e de famílias. Sobre o turismo acessível, estão indiretamente referenciadas medidas de desenvolvimento, tais como a promoção da mobilidade e a qualificação das infraestruturas turísticas. Esses princípios podem ser aplicados com a criação de circuitos integrados e rotas pedonais.

Na região do Algarve foi implementado, em 2014, o Plano de Marketing Estratégico para o Turismo da Região do Algarve (2015-2018), pela Região de Turismo do Algarve, onde foram estabelecidos os produtos estratégicos na área do turismo. Neste Plano, encontravam-se descritas as linhas de ação para o turismo “Sol e Praia”. Para este tipo de turismo foi estabelecido o desenvolvimento da acessibilidade para todos. Estas medidas proporcionavam também o crescimento de novos mercados para todo o ano, e a requalificação das experiências urbanas. De acordo com este documento, o turismo sénior/acessível consiste numa componente com um forte impacto para a região do Algarve. Deste Plano, destacam-se os objetivos de tornar a região do Algarve num destino mais acessível, aumentando a atratividade e os recursos turísticos. Através da criação de infraestruturas mais acessíveis, nomeadamente na área da cultura, seria possível melhorar as condições do destino, e ir ao encontro das necessidades descritas pelos visitantes nacionais da região do Algarve (Região de Turismo do Algarve, 2014).

Boas práticas nacionais e regionais em turismo cultural e/ou acessível

Em Portugal, o turismo acessível possui boas práticas, que são consideradas inovadoras a nível internacional. É o caso da implementação do projeto “Praia Acessível – Praia para todos!”. No ano de 2016, a praia de Vilamoura, localizada no concelho de Loulé, recebeu o prémio de praia mais acessível de 2015.

O turismo cultural acessível foi inicialmente aplicado em espaços culturais de exposições, nomeadamente em museus. Um dos espaços culturais considerados pioneiros neste domínio foi o Museu Nacional dos Azulejos, situado na cidade de Lisboa. Consistiu no primeiro museu em Portugal com um projeto de arquitetura de reabilitação que atendeu aos princípios do *Design* universal. Todo o processo de adaptação do espaço museológico, decorreu entre os anos de 2008 e 2010, projeto esse designado de “Tesouros para todos”. O principal objetivo deste projeto foi a promoção do acesso à cultura para todos (Mineiro, 2012). As adaptações efetuadas ao espaço físico museológico e sua exposição tiveram em atenção alguns tipos de deficiência (Gomez & Peixoto, 2012). Para isso para além da eliminação das barreiras físicas foram aplicados equipamentos multimédia e textos em braille nos locais de divulgação de informação.

Outro projeto considerado inovador na área do turismo cultural acessível foi o desenvolvido pela empresa “Parques de Sintra”, designado de “Parques de Sintra Acolhem Melhor”, implementado desde 2000. Este projeto teve como objetivo a criação de melhores condições de acessibilidade nos espaços urbanos e culturais da vila de Sintra. Para isso foi necessário o melhoramento da mobilidade, através do acesso físico com espaços adaptados e equipamentos de apoio. Também foram aplicadas alterações na qualidade da acessibilidade psicológica com serviços e meios de comunicação dos espaços culturais. Devido às boas práticas na área do turismo acessível, “Parques de Sintra Acolhem Melhor” tornou-se membro da European Network for Accessible Tourism (ENAT), beneficiando do trabalho em rede/parceria, da partilha de técnicas e de experiências com outros destinos culturais acessíveis (Baptista & Tavares, 2014). Para além da área da acessibilidade, as boas práticas na área da conservação do património, realizadas pela empresa “Parques de Sintra”, também foram distinguidas em 2016. A organização do World Travel Awards premiou pela quarta vez consecutiva a empresa “Parques de Sintra”, com o galardão de melhor empresa turística do mundo em conservação.

Dentro da temática da acessibilidade urbana, em 2010, foi promovido o programa “Rampa – Regime de Apoio aos Municípios para a Acessibilidade”. Este programa teve como objetivo principal incentivar os municípios na implementação e criação de planos de acessibilidade local e regional, bem como a criação de ambientes mais acessíveis. Alguns municípios algarvios aproveitaram as iniciativas deste programa para executar, nos seus territórios, planos promocionais da acessibilidade. Desses municípios destacam-se os de São Brás de Alportel, Vila Real de Santo António e Portimão.

O turismo acessível também está associado à criação de eventos em diversas áreas. Na região do Algarve decorreu entre os anos de 2014 e 2015 o evento Algarve Golf4all. Consistiu numa competição desportiva composta por participantes com deficiência e/ou incapacidade. Um dos benefícios desse tipo de eventos está na promoção de experiências e atividades desportivas mais inclusivas na região do Algarve. Assim sendo, os serviços

turísticos acessíveis podem estar presentes na dimensão física (urbanística e arquitetónica) e psicológica, mas também na dimensão criativa.

Em Portugal o enquadramento legislativo da *Web* acessível foi inovador à escala internacional. Recentemente foi criado o projeto de cooperação Rotas Sem Barreiras+, desenvolvido por uma parceria de quatro Grupos de Ação Local pertencentes ao espaço da União Europeia. Este projeto teve como objetivos a partilha de conhecimentos técnicos, de recursos humanos, financeiros e a concertação de uma estratégia para contrariar uma problemática comum aos quatro territórios envolvidos – a inexistência da acessibilidade universal e da acessibilidade turística em particular, aos produtos e serviços dos seus territórios. Neste projeto foram implementadas medidas onde todos os visitantes, via *online*, têm oportunidade de visitar o *site*. Para isso, foi necessário a utilização de recursos e soluções tecnológicas de última geração. Relativamente à região do Algarve o *site Trip Accessible*, contém informações sobre o turismo acessível, nas áreas dos serviços, ofertas e equipamentos, incluindo experiências na área cultural.

A informação sobre os tipos e níveis de acessibilidades devem ser acessíveis a todos. A necessidade de comunicar e transmitir as potencialidades dos destinos acessíveis é cada vez maior. Para esse efeito algumas Direções Regionais do Turismo portuguesas publicaram Guias sobre o turismo acessível das suas regiões: “*Guia técnico da Acessibilidade do destino turístico*” promovido pela Direção Regional de Turismo do

Alentejo e Ribatejo, “*Porto e Norte, um destino para todos*” promovido Direção Geral do Turismo do Porto e Norte, “*Turismo acessível Guia para um percurso no Funchal*” promovida pela Câmara do Comércio e Indústria da Madeira e o “*Guia de Turismo acessível – Lisboa para Todos*” desenvolvido pela Câmara Municipal de Lisboa. Também tem ocorrido divulgação e promoção do turismo acessível em seminários por parte de instituições e do meio académico.

Em Portugal já existem algumas agências turísticas *online* especializadas no turismo acessível. Estas agências oferecem produtos/tours culturais acessíveis em centros históricos de cidades algarvias, como a de Portimão ou a de Loulé.

Assim sendo, constata-se no turismo acessível português, nomeadamente na região do Algarve, a necessidade de criar canais de comunicação para um segmento de mercado específico, com informação acessível para todos. No entanto, a falta de condições de acessibilidade e a limitada informação sobre os produtos turísticos podem ter um impacto negativo nos consumidores (Direção Regional do Turismo do Alentejo e Ribatejo, 2015), nomeadamente num mercado tão exigente como o do segmento do turismo acessível. Perspetivam-se desenvolvimentos na área do turismo cultural e/ou acessível, nomeadamente do Algarve. No programa do Quadro Comunitário da União Europeia de financiamento e apoio, CRESC Algarve 2020, muitos dos incentivos para a região do Algarve estão associados à acessibilidade na área do turismo, especificamente para o segmento de turismo sénior/acessível. Destes incentivos promovidos pelo programa da UE, destaca-se a aplicação de medidas para: a criação de rotas pedonais e ciclovias urbanas; a requalificação urbana em centros históricos e zonas ribeirinhas. A requalificação destes espaços urbanos culturais e históricos tem como objetivo a implementação de planos de regeneração urbana, e assim proporcionar a fixação de população e o desenvolvimento sustentável do turismo.

6. TURISMO CULTURAL E/OU ACESSÍVEL NOS CENTROS URBANOS E

HISTÓRICOS NA REGIÃO DO ALGARVE

Na região do Algarve, o centro histórico da cidade de Portimão constitui um exemplo inovador na área da acessibilidade urbana e na aplicação dos princípios do *Design* universal. Em 2007 foi implementada a “Rota Acessível na cidade de Portimão”. Todo este processo levou à implementação do primeiro percurso acessível turístico nacional. Já em 2008, foi dada continuidade à acessibilidade urbana da cidade de Portimão através do

Plano Local de Promoção de Acessibilidade do Município, integrado na 1ª Geração dos Planos de Promoção da Acessibilidade (Câmara Municipal de Portimão, 2014). Para este plano foi executada uma análise e diagnóstico das condições de acessibilidade dos espaços públicos e em alguns edifícios públicos da cidade Portimão. Neste sentido, foi elaborado um levantamento das barreiras arquitetónicas e urbanistas existentes no centro histórico, posteriormente eliminadas para a implementação da *Rota Acessível* – pedonal e ciclovias. Esta rota caracteriza-se por ter dois corredores distintos e contínuos, projetados na área do centro histórico da cidade de Portimão (Câmara Municipal de Portimão, 2014). Tal como foi mencionado, trata-se da primeira rota acessível e turística do país - um percurso pedonal de 5 km contínuo, sem barreiras urbanísticas. Este percurso abrange um conjunto de serviços públicos, espaços culturais e a área comercial da baixa da cidade. A Rota Acessível pedonal da cidade de Portimão possui também um conjunto de sinaléticas, informações escritas em braille. Recentemente, foram integrados no percurso pedonal acessível painéis LED (sigla do inglês Light Emitting Diode, diodo emissor de luz), pertencentes à plataforma TOMI - plataforma digital interativa de última geração desenvolvida em Portugal e implementada em cidades. A sua função está em disponibilizar notícias sobre a agenda cultural, os monumentos, a restauração, o comércio tradicional e as redes de transportes locais. Também permite a interatividade criativa entre os visitantes/utilizadores do percurso pedonal com as redes sociais.

Em 2012, foi implementado o Programa Sectorial de Promoção de Acessibilidade caracterizado por um conjunto de medidas estratégicas que promoveram a acessibilidade urbana. Neste Programa foi integrado um processo que visou a adaptação de equipamentos e serviços, incluindo os que se situam no centro histórico da cidade de Portimão. Em termos estratégicos, relativamente à área da reabilitação urbana para os anos de 2014 até 2029, foram desenvolvidas medidas de acessibilidade para todos, bem como proporcionaram melhores ofertas e experiências turísticas (Câmara Municipal de Portimão, 2014).

Já em termos de espaços culturais na cidade de Portimão, o Museu de Portimão é considerado um dos exemplos de boas práticas de acessibilidade arquitetónica na região do Algarve. O Museu de Portimão está localizado num antigo edifício industrial, ligado à indústria conserveira, que foi alvo de um projeto de arquitetura de reabilitação. Esta intervenção teve em consideração os princípios do *Design universal* na parte arquitetónica (Gameiro & Ramos, 2015) e os impostos pela Carta dos Princípios para Museus e Turismo Cultural. Devido à sua importância para a vivência cultural da cidade e às condições de acessibilidade, o Museu de Portimão está integrado na rota pedonal acessível (Câmara Municipal de Portimão, 2016). O Museu de Portimão está referenciado na área do turismo acessível cultural, pela instituição Turismo de Portugal, bem como as parcerias que possui

com operadores turísticos ligados a outros segmentos de turismo, nomeadamente o turismo sénior (através da Fundação do INATEL – Instituto Nacional de Apoio aos Tempos Livres) e com operadores de cruzeiros (Gameiro & Ramos, 2015).

Outro dos espaços urbanos referenciados na área do turismo acessível na região do Algarve é a Baixa de Vilamoura, onde foi implementado o projeto de Regeneração Urbana que envolvia os espaços públicos da Baixa, entre os anos de 2009 e 2011, incluindo as envolventes exteriores dos principais hotéis de Vilamoura. Um dos principais objetivos deste plano consistia na transformação do ambiente urbano de Vilamoura e torná-lo mais sustentável e acessível para todos (Teles, 2012). Outra das ações incumbidas neste projeto de reabilitação urbana estava na criação de um percurso acessível para todos, com marcação específica e contínua de auxílio a pessoas com deficiência visual.

Para a cidade de Loulé foi desenvolvido, entre os anos de 2006 e 2008, o Plano de Mobilidade Sustentável. Neste Plano é referida a importância da implementação de redes pedonais nessa cidade. Também faz menção à importância da implementação de um Plano Municipal de Acessibilidade para Todos na cidade de Loulé (Guerreiro et al., 2008). Em consonância com o referido Plano, a Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico de Loulé, aprovada em 2015, defende a reabilitação urbana e a mobilidade no centro histórico da cidade. Propôs também a criação de um espaço urbano mais atrativo para o turismo sénior e residencial (Câmara Municipal de Loulé, 2014). Dentro da temática da acessibilidade urbana e eliminação de barreiras arquitetónicas, a Câmara Municipal de Loulé está a desenvolver a fase do anteprojecto do projeto “*Requalificação Urbanística dos Arruamentos do Centro Histórico de Loulé*”.

Na cidade de Loulé os eventos culturais que decorrem no centro histórico, tais como Festival MED ou a Noite Branca, promoveram a implementação de políticas de regeneração urbana e o surgimento de indústrias criativas (Silva et al., 2011). Tendo assim um impacto bastante positivo no desenvolvimento económico e urbano da cidade, mas fundamentalmente uma melhoria na qualidade de vida, orgulho e preservação da cultural local pela parte dos residentes (Carvalho et al., 2016).

A sensibilização e as necessidades dos consumidores do turismo da região do Algarve também induziram a que os estabelecimentos hoteleiros alterassem os seus ambientes. Muitas destas alterações consistiram em diminuir ou eliminar barreiras arquitetónicas. Existindo mesmo, algumas unidades hoteleiras na região do Algarve consideradas inovadoras, devido aos princípios do *Design* universal terem sido implementados no projeto de arquitetura (Umbelino, 2012).

Também a Câmara Municipal de Vila Real de Santo António e a empresa municipal Sociedade de Gestão Urbana, E.M., S. A., promoveram a implementação do projeto “*Vila*

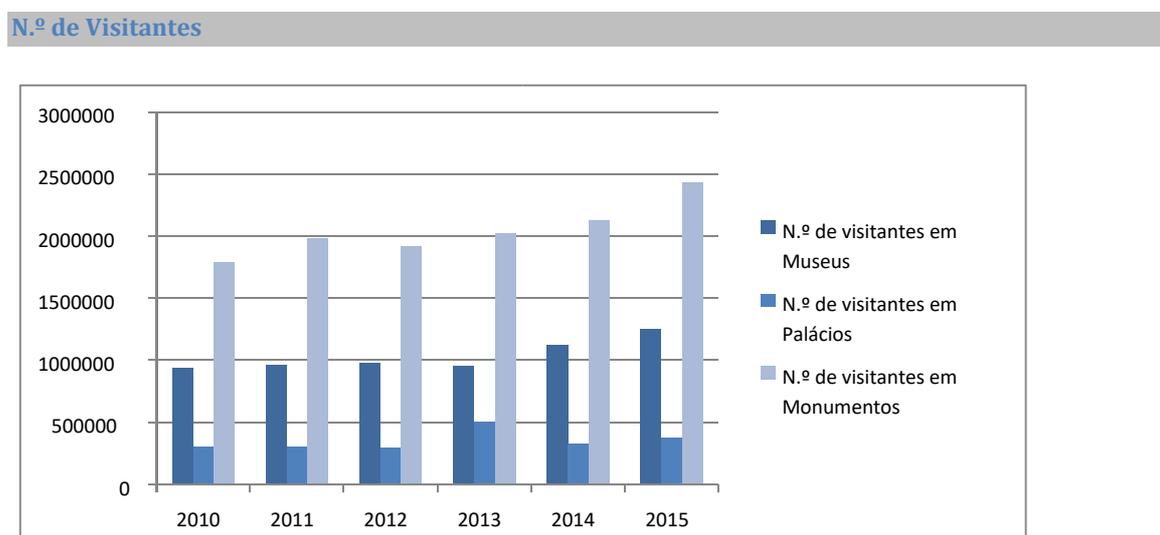
Real a Céu Aberto”. Com este conceito pretendeu-se construir um “centro comercial” em espaço aberto, no espaço da baixa Pombalina da cidade de Vila Real de Santo António. Para além de divulgar o centro histórico e dinamizar a economia local, o ambiente do espaço público foi uniformizado em termos de: eliminação de algumas barreiras arquitetónicas; uniformização do mobiliário urbano; aplicação da linguagem em termos de imagem e grafismo nos estabelecimentos comerciais; pontos de informação cultural local; aplicação de um sistema digital QR nas placas de toponímia do centro histórico. Todas estas medidas podem ser consideradas de serviços turísticos e culturais acessíveis. Foi assim construído um ambiente urbano mais inclusivo e acessível para todos. Previamente, durante os anos de 2008-2010, foi desenvolvido para a cidade de Vila Real de Santo António o Plano Municipal de

Promoção da Acessibilidade, com o intuito de compreender o espaço urbano e determinar quais as suas necessidades, em termos de acessibilidade e mobilidade (Teles & Silva, 2010).

7. DINÂMICAS NO TURISMO CULTURAL E/OU ACESSÍVEL EM PORTUGAL E NO ALGARVE

Em Portugal, o turismo cultural tem crescido nos últimos anos, sendo possível constatar através do número de visitantes em espaços culturais e em espaços edificados de caráter patrimonial (fig. 4). Podendo-se constatar que a taxa de crescimento dos visitantes desses espaços culturais, entre o período de 2010 e 2015, foi de 34.4 % (DGPC, 2015).

Figura 4. Evolução do número de visitantes em espaços culturais em Portugal (2010- 2015).

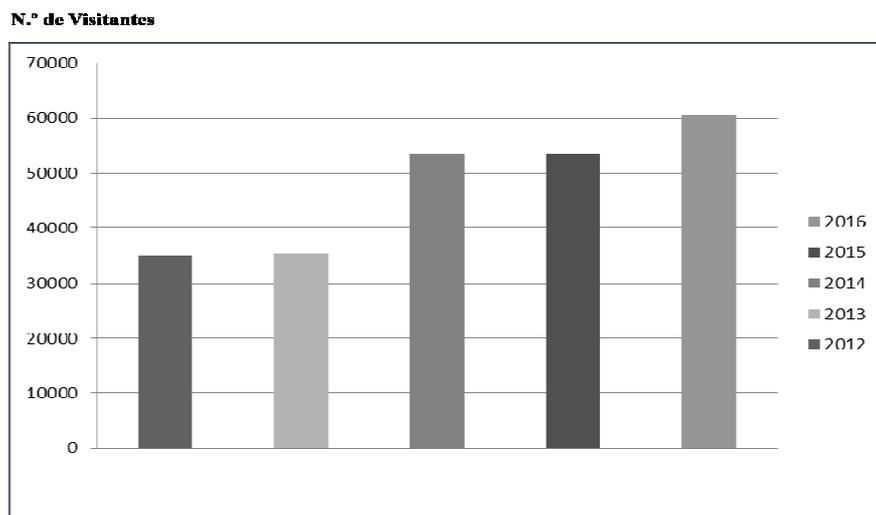


Fonte: elaboração própria a partir de DGPC (2016)

De acordo com os dados apresentados, no ano de 2015 este espaço cultural foi frequentado por 53 426 visitantes, mais 5,7.% do que no ano anterior. Também pode ser considerado um valor expressivo e significativo se for comparado com os 132 716 visitantes do Museu de Azulejo, cidade de Lisboa (DGPC, 2015), que constitui uma referência na implementação do turismo cultural acessível em espaços museológicos, a nível nacional.

Realça-se também para o facto dos últimos quatro anos, o numero de visitantes do espaço cultural acessível de Portimão, Museu de Portimão, teve um aumento de quase de 50%, no ano de 2012 registaram-se 35 092 visitantes e 60 591 no ano de 2016 (fig. 5).

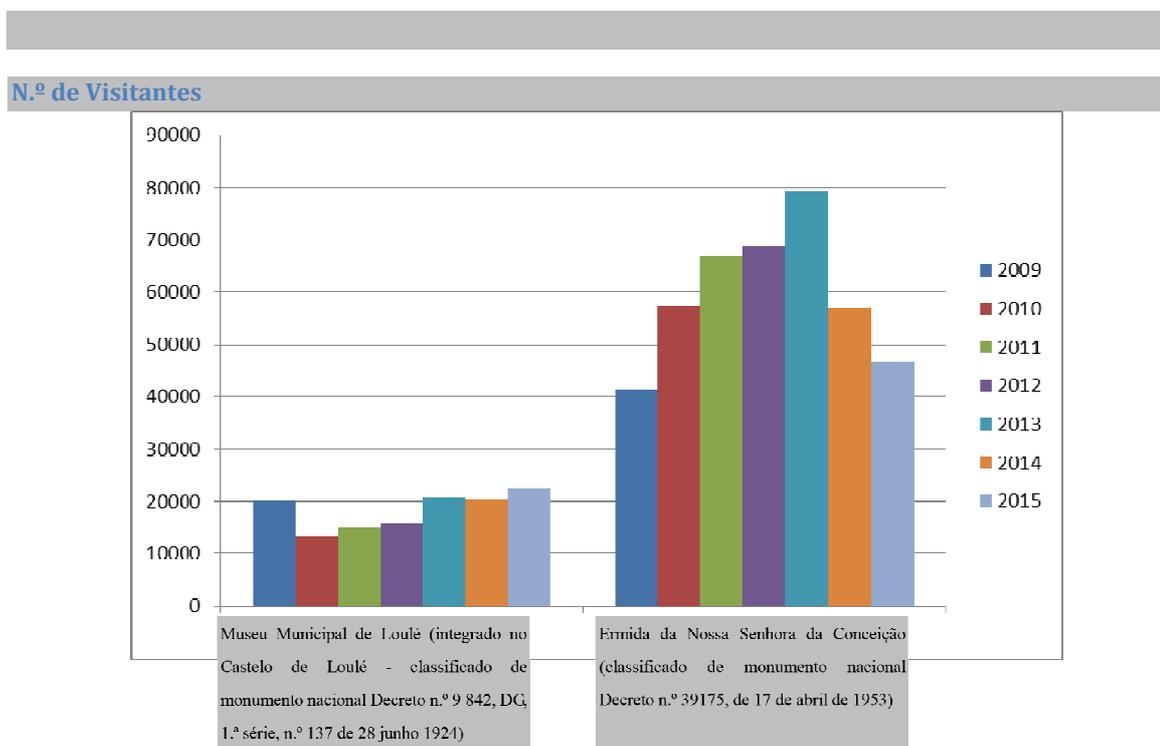
Figura 5. Número de visitantes do Museu de Portimão (2012 - 2016).



Fonte: elaboração própria

A melhoria das condições de acessibilidade e mobilidade dos espaços públicos culturais têm sido acompanhadas por um aumento do número visitantes dos espaços culturais da cidade de Loulé nos últimos anos (fig. 6) conforme dados referentes à Estatística de Visitantes entre 2009-2015, espaços culturais do concelho de Loulé, facultados pela Divisão de Cultura, Bibliotecas e Arquivo, da Câmara Municipal de Loulé.

Figura 6. Número de visitantes dos principais espaços culturais situados no centro histórico da cidade de Loulé.



Fonte: elaboração própria

Em relação ao turismo acessível na região do Algarve também se regista aumento no número de visitantes neste segmentos de turismo. Este facto pode ser verificado pelos valores apresentados pelo serviço de apoio a pessoas com mobilidade reduzida, “WyWay”, nos aeroportos de Portugal, implementado pela entidade ANA, Aeroportos de Portugal. De acordo com Andrade (2015), os passageiros de mobilidade reduzida assistidos no aeroporto de Faro em 2015 foram cerca de 0.8 % do total dos passageiros comerciais. O aeroporto de Faro recebeu cerca de 6,4 milhões de passageiros no ano de 2015, tendo assim proximamente 5120 passageiros com mobilidade reduzida. Nos últimos anos, o número de passageiros com mobilidade reduzida, assistidos no Aeroporto de Faro, aumentou a uma taxa média anual de 8 %. Desde 2011 o aumento foi de 38 %.

Este valor do mercado do turismo acessível aumenta quando são identificadas as suas características: consumidores de turismo que normalmente fazem as suas férias acompanhados pelos seus familiares ou integrado num grupo de amigos.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A acessibilidade universal consiste num conceito multidisciplinar que envolve vários atores ligados à gestão de território, local e regional, e tem repercussões no turismo. Na perspetiva da gestão do destino do Algarve, a aplicação do turismo cultural acessível consiste numa medida sustentável e benéfica em termos transversais, para os residentes e os turistas, requerendo que se desenvolvam processos de governança, que contribuam para a promoção da acessibilidade universal em centros históricos e para a conservação do património.

O turismo cultural acessível pode proporcionar melhor competitividade às zonas turísticas culturais e oferecer uma melhor vivência dos espaços públicos para todos os consumidores. Em determinados países europeus foram elaboradas políticas governamentais que levaram ao desenvolvimento do turismo cultural acessível de uma região. No caso específico de Portugal e da região do Algarve, estão-se a promover estratégias semelhantes, pelo que o turismo cultural e o turismo acessível existem e estão em crescimento. Este facto também pode ser constatado pelo número de museus, espaços culturais, eventos existentes, muitos deles com implementação de medidas acessíveis para todos. No entanto, ainda não foram analisados os seus impactos na sociedade e na área do turismo em particular.

O turismo cultural acessível nos centros históricos algarvios pode constituir uma experiência complementar à do “Sol & Praia”, enriquecendo assim a experiência turística na região do Algarve e em simultâneo uma renovação deste segmento. Outro dos benefícios centra-se na contribuição para a regeneração dos centros históricos. Deste modo, de uma forma cíclica, a implementação de políticas de regeneração urbana dos centros históricos que atendam aos princípios do *Design* universal pode também potencializar o turismo cultural.

Os centros históricos da região do Algarve estão a tornar-se pontos de desenvolvimento cultural e económico. Para uma maior sustentabilidade e inovação, alguns municípios têm implementado acessibilidade para todos nos espaços urbanos, não só para o desenvolvimento turístico, mas também para o benefício dos seus residentes. Uma reabilitação urbana sustentável requer que a transformação urbana tenha, também, o intuito de incluir todas as pessoas. O desenho urbano e dos seus ambientes tornam-se fundamentais para a cadeia de deslocações promovidas pelos seus consumidores, bem como para a implementação dos princípios da democratização do espaço urbano (Teles, 2009). Assim, vai ao encontro das novas tendências na área da gestão do destino (Wallace & Riley, 2015). Surgem novas dinâmicas de desenvolvimento dos centros históricos das cidades que assumem que o património cultural acessível contribui para o desenvolvimento sustentável dos territórios.

REFERÊNCIAS

- Aragall, F., EuCAN members (2003). European concept for accessibility: technical assistance manual. Luxemburgo: European Concept for Accessibility Network (EuCAN).
- Arcos, J. (2009). Turismo Accesible, turismo para todos em una ciudad de la humanidad: el caso de Ávila. *Revista turismo & desenvolvimento*, 11,73-79.
- Andrade, V. (2015). *Assistência a Passageiros de Mobilidade Reduzida nos Aeroportos*.
- ANA, Aeroportos de Portugal. Seminário Acessibilidades nos Transportes, 6 de outubro de 2015. Faro: Universidade do Algarve.
- Baptista, M., & Tavares, J. (2014). *Parques de Sintra – Monte das Lua, S.A. Relatório de Contas*, 2014, 6.
- Bernardes, J., & Carvalho, A. (2015). Património Arqueológico e Turismo na Região Algarvia. *Centro de Estudos em Património, Paisagem e Construção (CEPAC)*, 64-81.
- Benktzon, M. (1993). Designing for our future selves: the Swedish experience, *Applied Ergonomics*, 24 (1),19-27.
- Buhalis, D., & Amaranggana, A. (2014). Smart Tourism Destinations. *Information and Communication-Technologies in Tourism*, 553-564.
- Carvalho, R., Ferreira, A., & Figueira, L. (2016). Cultural and Creative tourism in Portugal. *Passos, Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, 14(5), 1075-1082.
- Câmara Municipal de Loulé (2014). *ARU centro histórico da cidade de Loulé: Memoria Descritiva, Área de Reabilitação Urbana do centro histórico da cidade de Loulé*. Loulé: Camara Municipal de Loulé.
- Câmara Municipal de Portimão (2014). *Processo de Delimitação ARU - centro histórico de Portimão, Memoria Descritiva*. Portimão: Câmara Municipal de Portimão. 15,18-19.
- Câmara Municipal de Portimão (2016). *Rota Acessível*. disponível em <https://www.cm-portimao.pt/servicos-municipais/acao-social-e-saude/rota-acessivel>, consultado em 5 janeiro de 2016.
- Center for Universal Design (1997). *The principles of universal design*, Version 2.0. Raleigh: North Carolina State University, Center for Universal Design. USA, Connell,

- B. R.; Jones, M.; Mace, R.; Mueller, J.; Mullick, A.; Ostroff, E.; Sanford, J.; Steinfeld, E.; Story, M.; Vanderheiden, G., disponível em http://www.ncsu.edu/www/ncsu/design/sod5/cud/about_ud/udprinciplestext.htm, consultado em 2016.
- Commission of European Communities (1995). *The role of the Union in the field of tourism: Commission Green Paper*. Comissão Europeia, Bruxelas, Europa. 13-15.
- Darcy, S., & Buhalis, D. (2010). *Accessible tourism and Issues*. Channel View Publications. 1-3.
- Darcy, S., Cameron, B., Dwyer, L., Taylor, T., Wong, E., & Thomson, A. (2008). Technical Report 90064: Visitor accessibility in urban centres. Accessible tourism Challenges and opportunities. *Sustainable Tourism CRC*, 25.
- Darcy, S., & Dickson, T. (2009). A Whole-of-Life Approach to Tourism: The Case for Accessible Tourism Experiences. *Journal of Hospitality and Tourism Management*, 16, 32-44.
- Devile, E., Jesus, F., & Cruz, A. (2011). O desenvolvimento do turismo acessível na Lousã: perspectivas dos agentes locais do sector do turismo. *Book of proceeding. vol. I – International Conference on Tourism & management studies*. Algarve, 529-539.
- Diego, D., & Velasco, J. (2003). Turismo Accesible “Hacia un Turismo para Todos” “Hacia un Turismo para Todos” MAZARS.
- DGPC (2016). *Estatísticas de visitantes de 2015, Monumentos e Palácios da DGPC*. Direção-Geral do Património Cultural, 1-4.
- Direção Regional do Turismo do Alentejo e Ribatejo (2015). *Guia técnico de acessibilidade do destino turístico*. Direção regional do Turismo do Alentejo e Ribatejo. 7.
- Ferreira, A., & Costa, C. (2006). «Novos turistas» no centro histórico de Faro. *Análise Social*, 41(180), 767-799.
- Fletcher, V., Bonome-Sims, G., Knecht, B., Ostroff, E., Otitigbe, J.; Parente, M., & Safdie, J. (2015). The challenge of inclusive design in the US context. *Applied Ergonomics*, 46, 267-273.
- Galán, J. (2013). *European Challenges to accessibility*. European Challenges to accessibility. Accessible routes in Historical Cities, A best practice guide for the planning design, implementation and marketing of accessible routes in historical environments. 3.
- Gameiro, J., & Ramos, A. (2015). Portimão – o desafio museológico entre o turismo e património. *Centro de Estudos em Património, Paisagem e Construção (CEPAC)*, 64-81.
- Gomez, R., & Peixoto, N. (2012). *Stage of Art of Accessibility in Portugal*. Accessible Tourism in Portugal, Design for all. Institute of India, 7(8), 83-101.
- Gonçalves, A. (2015). A experiência turística e os museus a Sul. *Centro de Estudo sem Património, Paisagem e Construção (CEPAC)*, 41-63.
- Guerreiro, J., Teixeira, V., Rosa, M., & Gameiro, C. (coord.) (2008). *Plano de Mobilidade Sustentável Loulé, Relatório de objetivos e conceitos de intervenção*. 39-40. Universidade do Algarve.

- Haworth, A., & Williams, P. (2012). Using QR codes to aid accessibility in a museum. *Journal of Assistive Technologies*, 6(4), 285-291
- Hocaoğlu, D. (2009). Using Local Design Policies for City Branding. The 8th European Academy of design conference, Aberdeen, Scotland.
- Jafari, J. (2000). *Encyclopedia of tourism*, Londres: Routledge. 20.
- Laaksonen, A. (2010). Making Culture Accessible: Access, Participation and Cultural Provision in the Context of Cultural Rights in Europe. *Council of Europe*.
- Lu, J., & Nepal, S. (2009). Sustainable tourism research: an analysis of papers published in the Journal of Sustainable Tourism. *Journal of Sustainable Tourism*, 17(1), 5-16.
- Mineiro, C. (2012). *Treasures in the National Tile Museum (MNAz). for All*. Accessible Tourism in Portugal, Design for all. Institute of India, 7(8), 152-168.
- Naniopoulos, A., & Tsalis, P. (2015). A methodology for facing the accessibility of monuments developed and realized in Thessaloniki, Greece. *Journal of Tourism Futures*, 1(3), 240 - 253
- Neto, V. (2015). Cultura e Turismo. *Centro de Estudos em Património, Paisagem e Construção (CEPAC)*. Faro: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade do Algarve, 35-39.
- Olympic Co-ordination Authority (1999). *Access Guidelines (3rd ed.)*. Sydney: Olympic Co-ordination Authority.
- Pearce, D. (1992). Green Economics. *Environmental*, 1, 3-13.
- Pultrone, G. (2016). Heritage and cultural tourism: integrated approach creativity and innovation to face the challenges of sustainability. *Proceedings of the 5th International Conference on Heritage and Sustainable development*, 2, 1681- 1691. Ram, Y., Björk, P., & Weidenfeld, A. (2016). Authenticity and place attachment of major visitor attractions. *Tourism Management Journal*. 110-122.
- Região de Turismo do Algarve (2014) *Plano de Marketing Estratégico para o Turismo da Região do Algarve (2015-2018)*. Turismo de Portugal – Algarve.
- Richards, G. (2003). What is Cultural Tourism? In van Maaren, Erfgoed voor Toerisme. *Nationaal Contact Monumenten*.
- Sawyer, A. (2015). *Easy Access to Historic Buildings*. Historic England. 12-13. disponível em: <https://content.historicengland.org.uk>, consultado em 2016.
- Schaffers, H., Komninos, N., Pallot, M., Trousse, B., Nilsson, M., & Oliveira, A. (2011). Smart Cities and the Future Internet: Towards Cooperation Frameworks for Open Innovation. *The Future Internet*, 431-446.
- Schallock, R. (2000). Three Decades of Quality of Life. *Hammill Institute on Disabilities*, 15(2), 116-127.
- Silva, S., Viegas, N., & Caiado, L. (2011). A Importância do “Festival MED” para o desenvolvimento Cultural e Turístico de Loulé. *International Conference in Tourism & Management Studies*, 1, 806-818.
- Simões, J. (2006). *Design inclusivo Acessibilidade e Usabilidade em Produtos, Serviços e Ambientes*. 2ª Edição, Lisboa; Centro Português de Design. 8.

- Swarbrooke, J. (2000). *Sustainable Tourism Management*. Nova York: CABI Publishing.
- Sørmoen, O. (2009). *Accessibility in Cultural Heritage*. Copenhagen: Nordic Perspective Nordic Council of Ministers, 35-39.
- Tarrafa, S., Imon, S., & Roders, A. (2009). Tackling tourism- driven development in World Heritage cities: A comparison between Macao, China and Evora, Portugal. *Urban Heritage and Tourism: Challenges and Opportunities Institute for Tourism Studies: Macao*, 1-10.
- Teles, P. (2009). *Cidade de Desejo entre Desenhos de Cidades, Boas práticas de desenho urbano e design inclusivo*. Instituto de Cidades e Vilas com Mobilidade.
- Teles, P. (2012). *Innovative project certifies the accessibility and draws a map of Portuguese accessible places*. Accessible Tourism in Portugal. Design for all. Institute of India, 7 (8),116-153.
- Teles, P., & Silva, P. (Coord) (2010). *Vila Real de Santo António Acessível, Planos Local e municipal de Promoção de Acessibilidade do Município de Vila Real de Santo António – Síntese*. m.pt@ Paula Teles Unipessoal Lda.
- Turismo de Portugal (2014). *Turismo Acessível na Europa, Síntese dos Estudos apresentados pela Comissão Europeia (Síntese elaborada pelo Turismo de Portugal. IP)*.
- Umbelino, J. (2012). *Can we promote Accessible Tourism? Yes, we can. And we should*. Accessible Tourism in Portugal. Institute of India, 7(8), 14-30.
- UNWTO (2005). *Making tourism more sustainable, A guide for policy makers*. Madrid, Spain: World Tourism Organization, 11-12.
- UNWTO (2011). *Tourism Towards 2030/Global overview*. Madrid, Spain. World Tourism Organization, 10-26, 32.
- UNWTO (2014). *Declaração de San Marino*. Tradução livre do Turismo de Portugal. 1-4.
- UNWTO (2015). *Manual on Accessible Tourism for All Public-private Partnerships and Good Practices*. Madrid, Spain: World Tourism Organization, 3-10.
- Vila, T. D., Darcy, S., & González, E. (2015). Competing for the disability tourism market – A comparative exploration of the factors of accessible tourism competitiveness in Spain and Australia. *Tourism Management*, 47, 261-272.
- Wallace, S., & Riley, S. (2015). Tourism 2025: an industry perspective. *Journal of Tourism Futures*, 1(1), 53-57.